



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008145-74.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Mario Amim Suriani**
 Requerido: **VIVO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra fatura que recebeu da ré em decorrência de serviços que não ajustou junto à mesma.

Já a ré em contestação salientou que o autor não realizou o pagamento correspondente à contraprestação a seu cargo.

O autor como visto expressamente refutou ter efetuado a contratação dos serviços trazidos à colação, ensejadores da emissão da fatura de fl. 08, e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, limitou-se genericamente a salientar que o pagamento da fatura em apreço seria de rigor, mas silenciou sobre o que de concreto daria suporte a tanto.

Deixou inclusive de fornecer um único detalhe sobre como se teria dado a contratação questionada pelo autor, não amealhando nenhum contrato a esse propósito ou as tradicionais "telas" apresentadas em casos afins.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie.

Assentadas essas premissas, conclui-se que inexistia lastro à emissão da fatura de fl. 08.

Por outro lado, é certo que os danos morais causados ao autor realmente tiveram vez.

O episódio noticiado não se esgotou na remessa da fatura indevida, mas foi além para denotar a falta de empenho da ré em solucionar o problema posto.

O autor teve que deslocar-se a uma loja física da ré, mas nem mesmo assim a situação foi contornada, tanto que ao que consta o débito representado na fatura ainda subsiste.

É forçoso concluir que isso acarretou ao autor abalo de vulto, que em larga medida ultrapassou os simples dissabores próprios da vida cotidiana ou o mero descumprimento contratual.

Qualquer pessoa mediana que estivesse na posição do autor experimentaria idêntica frustração, não tendo a ré ao menos na hipótese dos autos dispensado o tratamento que seria exigível ao consumidor.

É o que basta para configurar os danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar o cancelamento do plano de telefonia que deu origem à emissão da fatura de fl. 08, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**